

SUBSÍDIO JÁ!

**INFORMATIVO
DA COMISSÃO
PRÓ-SUBSÍDIO
4ª EDIÇÃO**

www.subsidioja.com.br

01 de abril de 2011

Sindicatos preferem o rebaixamen- to de valores do PL ao subsídio

NESTA EDIÇÃO:

Prezados servidores do Judiciário e MPU	2
Subsídio e incentivo à qualificação	6
CPS entrevista servidora com 19 anos de Judiciário	6
Subsídio desponta como preferência no MPU	7
Carta aberta aos delegados	8

Mais uma vez algumas direções sindicais agem sorrateiramente, à margem de seus filiados, numa desesperada tentativa de impedir que o Subsídio seja pautado. Como já é sabido, o PCS4 vive um impasse, tendo em vista que o Poder Executivo sinalizou que uma proposta de menor impacto orçamentário deve ser apresentada para que as negociações possam ser finalizadas. É com esta informação em mente que a CPS sempre trabalhou, haja vista que a proposta do Subsídio reduz significativamente o impacto orçamentário, promove a equiparação salarial com as carreiras análogas e saneia a evasão de talentos.

Alguns dirigentes sindicais, porém, cientes da necessidade de reduzir o impacto e trabalhar em uma contraproposta, nesciamente insistem em ignorar a alternativa do Subsídio. Referidos sindicalistas defendem ferozmente o atual modelo remuneratório, ainda que tal insana atitude possa implicar o rebaixamento das tabelas remuneratórias dos PL's 6613 e 6697 ou acarretar um longo parcelamento dos valores salariais propostos. Vários de nossos "representantes" desejam a todo custo manter e mesmo aumentar a gritante distância remuneratória de seus pares e constituem verdadeiras castas que dominam os principais sindicatos de nossa categoria.

Como exemplo irrefutável desta postura de alguns sindicalistas, citamos o SINDJUF-PB, que recentemente disponibilizou em seu site um formulário de pesquisa intitulado

["Questionário sobre a luta pelo PCS e atuação do Sindjuf – 2011"](#). O questionário prefere pautar como alternativa para a aprovação do PCS a redução das tabelas salariais e a dilatação do pagamento do PCS por um longo período, o que na prática significa abandonar o principal propósito de nosso PCS: a equiparação com as carreiras análogas objetivando minimizar a rotatividade de pessoal. Prefere-se pautar tais aberrações como única maneira de assegurar a imprescindível redução do impacto orçamentário dos planos de carreira. Para espanto dos servidores, a pesquisa não faz qualquer menção ao sistema remuneratório via Subsídio.

Uma "omissão" desta magnitude, isto é, a sonegação de uma alternativa que nasceu da própria categoria, rivaliza com o deboche. Este tipo de conduta esvazia totalmente o sentido da existência de um sindicato, anula o valor da democracia e afronta a dignidade dos servidores abrangidos pela representação sindical da Paraíba.

A resposta final a este tipo de atuação virá da categoria. Por ora, resta-nos tornar público o nosso repúdio e reafirmar que a preocupação das lideranças sindicais deve se dar no sentido de buscar uma alternativa que implique redução do impacto financeiro, mas sem, obviamente, que isso represente cortes nas tabelas salariais. Para reduzir o impacto orçamentário do PCS4 e minimizar a evasão de cérebros com destino a outras carreiras mais bem remuneradas, a solução é uma só:

Subsídio já!

"Este tipo de conduta esvazia totalmente o sentido da existência de um sindicato"

Prezados servidores do Judiciário e MPU

Estamos às vésperas de um momento decisivo. Com a derrocada do pedido original de reajuste neste PCS 4 (56% lineares), é hora de lidar com as alternativas. Por isso, é necessário estar atento, e exigir a mais absoluta transparência das direções sindicais. Este é o recado da categoria, a maior lição deste processo de negociação do PCS: os servidores irão em busca de seus direitos, aconteça o que a acontecer. E irão exigir que os sindicatos, de fato, atuem democraticamente – numa plena representação da categoria como um todo.

Afinal, os erros foram muitos. Numa conduta burlesca, os dirigentes sindicais da maioria das entidades preferiram fazer de conta que o movimento pró-subsídio não existisse. Usaram das suas estruturas para menosprezar os ideais de grande parcela da categoria. Insistiram numa caricatura grotesca do Subsídio Já, o que gerou verdadeiras atrocidades contra os seus próprios representados. Um dos exemplos mais estarrecedores nasceu com a chancela do Sintrajuf-PE, que veiculou em informativo impresso a seguinte imagem:



O recado é claro: os defensores do Subsídio são vistos como vermes, como monstros. Quer dizer: hoje somos cerca de mais de 11.100 criaturas monstruosas.

E quanto ao Ato Público em

frente ao STF? A categoria pode ver algumas fotos disponíveis no site da FENAJUFE. Em nenhuma delas havia qualquer indicação de que os “Subsidiários” estavam presentes, atuantes, protestando em nome daquilo que acreditam. No texto da notícia sobre o ato, também não houve qualquer referência sobre a ampla adesão do Movimento Subsídio Já. Ou seja: a direção da nossa própria federação sindical, levemente, manipulou a informação e distorceu a realidade. Mas vai aí um recado, também em forma de imagem, àqueles que acham que



podem continuar tratando-nos como massas de manobra para a perpetuação de privilégios em detrimento da democracia sindical.

Com muito esforço pessoal, o grito de “Subsídio Já!” esteve presente perante as autoridades. Mas a nossa, a sua Federação Sindical, preferiu não mostrar isso para você. Isto é grave. Os nossos dirigentes atuam de forma a comprovar que estão lá não para defender os interesses da categoria, em seu todo. Mas, isto sim, para fazer valer a sua linguagem, a sua forma específica de lidar com as circunstâncias, as suas maneiras perigosas de atestar com veemência que

“a categoria decidiu isso, decidi aquilo, etc”. É o seu jeito leviano de omitir fatos.

A Comissão Pró-Subsídio é um mero fruto desta crise carnavalesca pela qual os nossos sindicatos estão nos fazendo passar. De fato, a situação já era para ter sido resolvida em julho de 2009, quando os Diretores Gerais apresentaram formalmente aos sindicatos uma proposta de reajuste. Naquela ocasião, o cenário era amplamente favorável à sua aprovação, tendo em vista o enfático apoio das autoridades envolvidas na negociação. Mas o que fizeram os líderes sindicais? Em reuniões de cúpula, recusaram a proposta, sem oportunizar à categoria a chance de decidir sobre o seu futuro.

A proposta garantia a equiparação das carreiras judiciárias e do MPU com o Tribunal de Contas da União. E, numa manobra cômica,

nossas lideranças simplesmente disseram ... “não! Não queremos os 86% de reajuste na maneira que vocês estão nos propondo!”. Agora, questionamos: quem disse que a categoria não estava disposta a aceitar? Ora, se era tão óbvio que a proposta era péssima, porque não colocar em votação nas bases? A resposta é: há, com certeza, um forte lobby de setores específicos da categoria representados por associações que, mesmo com um evidente propósito sectário, escapam a qualquer ataque das direções sindicais. O mesmo não se pode dizer de outras associações, as quais são constantemente agredidas por essas lideranças classistas.

Algo que também se pode falar acerca da Comissão Pró-Subsídio, vítima de ofensas descabidas, de um boicote ferrenho, de uma “cruzada” sindical contra um coletivo fortemente organizado, e que atualmente conta com legitimidade exemplar.

Para recordar, veja o que o Sisejufe-RJ disse acerca da proposta dos Diretores Gerais:

“De início, o reajuste salarial parece bom – mas é o canto da sereia. Configura, em tese, um aumento de 86%, mas lendo bem a proposta fica claro como se daria este novo aumento: seria de apenas 15% no vencimento básico. Esta é uma armadilha na qual não podemos cair.”

Em outras palavras, o que o Sisejufe-RJ quis dizer é que a tática de privilegiar o fortalecimento de gratificações em detrimento do “vencimento básico” é uma armadilha. Ora, a esta altura, quem sentir alguma vontade de rir não deve se sentir culpado. Por acaso, o Subsídio é uma proposta que consolida todas as rubricas do contracheque numa só, sobre a qual todos os reajustes futuros passam a incidir igualmente. Em linhas gerais, é isso mesmo: a remuneração de todos os servidores se reveste de uma estabilidade muito maior, incomparável a qualquer outro modelo remuneratório. No entanto, possivelmente por não conhecerem as benesses do novo sistema proposto, a maioria

dos nossos sindicalistas prefere, pura e simplesmente, incidir nas contradições de seus discursos e repudiar de uma forma estúpida uma proposta de reajuste que se ajusta plenamente aos propósitos de uma carreira que quer se ver forte e valorizada.

Do lado dos negociadores do PJU, estes, em vez de se aproveitarem da ocasião da publicação da Nota Técnica para divulgar um estudo aprofundado sobre a realidade salarial dos servidores, preferiram somente se concentrar em alguns dados superficiais. Na condição de administradores públicos, e no espírito da própria resolução nº 102 do CNJ, poderiam, por exemplo, divulgar com exatidão os percentuais de servidores em cada faixa de reajuste prevista para o Subsídio, conforme tenham ou não vantagens pessoais incorporadas. Poderiam revelar, ainda, qual seria o impacto orçamentário para a adoção do Subsídio. Mas não o fizeram. Por quê? Ora, é nítido que com um estudo isento e profundo, a tese pró-subsídio sairá vitoriosa. Se em algum momento tivessem tido a oportunidade de comprovar – de uma vez por todas – que o Subsídio é uma proposta ruim para a categoria, conforme insistem as direções sindicais, já o teriam feito.

Por isso, a partir da rarefeita argumentação contrária já veiculada, fica comprovado que a “cruzada” contra o Subsídio só se sustentou até agora porque se apoiou em falácias.

Basta ver que, mesmo contando com muitos meses para a realização de pesquisas, os Diretores do STF divulgaram uma nota técnica que foi rebatida pela Comissão Pró-Subsídio em menos de 24 horas.

Um bom resumo das condutas que prejudicam as carreiras judiciárias e do MPU pode ser assim demonstrado.

17-11-2010: Reajuste de 56% dos servidores é ameaçado – (...) o tema principal da conversa foram as informações vindas do Supremo Tribunal Federal acerca da possível retirada do projeto do PCS da Câmara. O motivo seria o descontentamento do Presidente da Corte, Ministro Cesar Peluso, com a atitude dos defensores da proposta do subsídio por meio da colocação faixas na cidade, matérias publicadas em jornais, entre outros. – [Fonte: Agepoljus](#)

Comentário da CPS: a notícia é mentirosa. O ministro Peluso já se encontrou com representantes do Movimento Subsídio Já e não apontou qualquer descontentamento pessoal.

02-06-2010: Não ao subsídio! Revisão salarial já! - Também ficou claro que uma proposta de alteração de nossa remuneração, de vencimento para subsídio, se for trazida pelo governo ou pela administração neste momento, que é a quem compete propor qualquer diminuição de impacto orçamentário (se é que a implementação do subsídio realmente trará tal realidade), terá de ser alvo de amplo debate, o que provocaria um atraso no encaminhamento da revisão, a ponto de inviabilizar qualquer aumento. – [Fonte: Sintrajufe/RS](#)

Comentário da CPS: se em junho de 2010 o “amplo debate” tivesse ocorrido, já teríamos uma posição consensual à esta altura. Mas alertamos: qualquer debate deve ser pautado, obviamente, com informações verdadeiras. De nada adianta dizer, por exemplo, que “60% dos servidores ficariam sem aumento com o Subsídio”, porque a categoria já sabe que isso não é verdade.

27-07-2010: - Qual sua avaliação sobre o trabalho da Comissão Pró-Subsídio?

Acho legítimo. Todos os servidores têm o direito de participar da elaboração do PCS, que não é reserva de mercado de nenhuma entidade classista. Cabe aos dirigentes promoverem discussões com seus associados e, no caso dos sindicatos, com todo conjunto dos servidores, uma vez que não representam só os seus filiados, mas toda categoria. – [Fonte: Asmpf](#)

Comentário da CPS: esta deve ser a postura de todos os sindicatos. O Subsídio não foi discutido anteriormente. De nada adianta dizer que a categoria rejeitou a mudança no modelo remuneratório.

28-07-2010: “Subsídio acaba com o pagamento de passivos.” – fonte: boletim do Sintrajud, julho de 2010, página 3.

Comentário da CPS: nesse informativo o Sintrajud afirma que os juízes é que seriam beneficiados com o fim do pagamento dos passivos dos servidores. Acontece que os magistrados já recebem salário por meio de subsídios, o que mostra uma contradição estúpida do Sintrajud.

Julho/agosto de 2010 - PCCR está definido – (...) recursos já estão na previsão orçamentária do Judiciário. Fonte: boletim do Sindjus-DF

Comentário da CPS: A notícia foi plantada com o objetivo de enfraquecer o MPS. Esse é um exemplo clássico do quão descompromissadas com a verdade estão algumas lideranças sindicais.

04-11-2010— Se a confluência de tantos fatores positivos num universo de 32.705 Analistas judiciários já é quase impossível (sobre a ocorrência de servidores com vencimentos maiores que os magistrados). - Fonte: “Nota Técnica” do STF.

Comentário da CPS: Em quatro Tribunais estudados pela CPS, os números de Analistas com venci-

mentos superiores aos magistrados variaram de 20% a 33% do total do quadro. Ou seja: “a confluência de tantos fatores positivos” é, isto sim, muito freqüente.

04-11-2010 - Numa simulação com a tabela proposta e considerando um caso hipotético, de difícil ocorrência, a remuneração alcançaria, no máximo, R\$ 37.267,99, bem abaixo do valor indicado (R\$ 40.000,00). - Fonte: “Nota Técnica” do STF

Comentário da CPS: Aqui verificamos uma confissão implícita daquilo que a CPS vem alertando há muito tempo. Este PCS como está proporcionará um desnível salarial muito grande entre os servidores. Se esse seria o “valor máximo alcançado por um servidor”, então fica a pergunta: quantos outros servidores irão receber valores similares aos de Ministro do STF? Ou mesmo superiores aos de Desembargador ou Juiz-Substituto? Esse abismo salarial é o que a CPS insistentemente alerta, pois, enquanto alguns poucos privilegiados irão receber remunerações nesses patamares, em contrapartida, uma outra gigantesca parcela da categoria estará à margem desses valores.

Outro fato importante a se destacar: as reuniões da CPS com as autoridades sempre foram objeto de ataques pelas direções sindicais. Mas devemos lembrar que a CPS age na defesa da igualdade entre os servidores. Porém observamos que a AGEPOLJUS também procurou as autoridades para atuar em nome da sua parcela de representação da categoria. É fato que a sua articulação, que culminou com a rejeição da proposta da Comissão Interdisciplinar para o PCS 4 nunca foi objeto de repúdio pelas entidades dos trabalhadores. Vejamos um exemplo dessa atuação, extraído do site da AGEPOLJUS:

11.9.2009—Veja o ofício enviado pela AGEPOLJUS aos Diretores Gerais e os e-mails de cada um na Palavra do Colega: *A AGEPOLJUS tem trabalhado diuturnamente para reverter a proposta de Plano de Carreira apresentada pelos Diretores Gerais dos Tribunais Superiores, Conselhos e TJDFT, que exclui injustamente os Agentes de Segurança do recebimento da GPT – Gratificação de Gestão de Processos de Trabalho. Os Diretores da AGEPOLJUS têm se reunido até de madrugada para debater as formas de atuação para convencer os Diretores a excluir o parágrafo único do artigo 2º da proposta. A AGEPOLJUS enviou ofício a esses Diretores expondo a atividade de risco a que os Agentes estão submetidos e a complexidade de suas funções.*

A AGEPOLJUS tem visitado e conversado com os próprios Presidentes e Diretores dos Tribunais, conversado com os Presidentes de Sindicatos para que enviem e-mail para os DGs repudiando a exclusão dos Agentes do recebimento da GPT.

A AGEPOLJUS tem plena convicção de que dará a volta por cima, que conseguiremos reverter a situação e receber a GPT, gratificação genérica para todos os servidores do Judiciário. Para isso também contamos com a mobilização dos Agentes nos Estados, conversando com seus Diretores Regionais, os Presidentes seus Sindicatos, para que juntos possam convencer o Presidente do seu Tribunal a enviar manifesto aos Presidentes dos Tribunais Superiores em apoio ao recebimento da GPT pelos Agentes. Faça todo o esforço possível para que a categoria saia vitoriosa.

De acordo com essa proposta que os Agentes de Segurança da direção da AGEPOLJUS pretendiam “reverter”, a remuneração des-

ses servidores variaria de R\$ 7,2 mil a R\$ 11,4 mil e teria os mesmos valores do cargo de Técnico Judiciário. Porém, é fato que a atuação dos Agentes de Segurança acabou por influenciar a mudança da proposta que, ao fim, foi enviada ao Congresso Nacional. Logo, para esse segmento da categoria foram estipulados salários que variariam entre R\$ 7,5 mil e R\$ 12,2 mil. A notícia foi celebrada como uma conquista, nos seguintes termos:

15-12-2009: Durante as negociações do plano dentro da Comissão Interdisciplinar, a proposta sofreu modificações e graças à mobilização dos Agentes de Segurança as conquistas da categoria puderam ser mantidas. – fonte: Agepoljus

Porém, graças a essa atuação comemorada pela referida associação, a proposta sofreu reduções que prejudicaram a maioria da categoria.

Os Analistas “internos” tiveram os seus vencimentos alterados de R\$ 11,8 mil para R\$ 10,2 mil. Os Técnicos “internos” tiveram uma redução de R\$ 7,2 mil para R\$ 6,1 mil. Ambos os valores são aqueles previstos para o início da carreira.

É óbvio que a proposta da Comissão Interdisciplinar era melhor para a maioria. Mas a AGEPOLJUS afirmou, e as direções sindicais fizeram eco, que o PL 6613/2009 representava uma conquista para todos, e que era a proposta que beneficiaria a totalidade da carreira de maneira mais igualitária.

A Comissão Pró-Subsídio sentese no pleno direito de discordar dessas afirmações. A verdade é que tanto os técnicos como os analistas “internos” estão carentes de uma representação verdadeira de seus interesses no âmbito sindical. Nosso Movimento *Subsídio Já* nasceu justamente dessa crise, e tem o escopo de sanar as distorções. A

CPS é tão legítima, portanto, quanto a FENASSOJAF e a AGEPOLJUS.

Em resumo, devemos analisar todas as propostas já apresentadas e recusadas para constatar que, nitidamente, trariam muito mais benefícios à maioria. Porém, o seu descarte se deu em nome de resguardar-se um aumento maior para certos segmentos.

1 – Diretores Gerais – Julho de 2009: reajuste de 15% no VB, GAJ de 85% sobre o maior vencimento básico do cargo e GD de 80% sobre o vencimento básico do servidor.

2 – Comissão Interdisciplinar – Julho de 2009: reajuste de 15% no VB, GAJ de 110% sobre o maior vencimento básico do cargo e Gratificação de Representação de 35% sobre o vencimento básico do servidor.

3 – Diretores Gerais – agosto de 2009: reajuste de 15% no VB, GAJ de 100% sobre o vencimento básico do servidor, GPT de 35% sobre o vencimento básico do servidor. A minuta foi aprovada pelos Diretores Gerais em setembro de 2009.

4 – Presidentes dos Tribunais Superiores – setembro de 2009: reajuste de 15% no VB, GAJ de 135% sobre o vencimento básico do servidor.

Agora, prezados servidores, temos a seguinte situação a enfrentar:

5 – Reajuste linear de 56% no VB, amplamente defendido pelas direções sindicais como a melhor proposta já apresentada, e que já foi por diversas vezes rechaçada pelo Governo Federal, deixando inclusive de contar com o apoio da maioria da categoria.

6 – Transformação em subsídio, mediante a equiparação com as carreiras mais valorizadas do serviço público, com aumentos médios próximos variando de 80 a 100% para a maioria dos servidores, com

impacto orçamentário comprovadamente menor e chances muito superiores de aprovação e possibilidade de integralização em uma única parcela.

A resposta sobre qual será o caminho a ser tomado, afinal, deveria estar com a categoria, ou seja, com a maioria. Mas ela se encontra em grande medida na mão das direções sindicais. E atualmente, conforme já foi mais do que comprovado, o desejo dos líderes sindicais e o anseio da maioria dos servidores não significam a mesma coisa.

Estamos vigilantes! Não vamos permitir que mais uma derrota seja imposta aos servidores. Queremos a equiparação! Queremos **SUBSÍDIO JÁ!**

TRANSIÇÃO

Para amenizar a polêmica, sindicatos podem contar com uma solução inteligente: a negociação de um sistema de transição para o Subsídio. Aliás, foi assim que se deu a implantação do novo modelo de remuneração para os servidores do Banco Central, o Bacen.

Em 2008, a administração do Bacen e o sindicato dos servidores daquele órgão firmaram um termo de acordo, estipulando que a revisão salarial seria feita em duas etapas. Primeiro, seria garantido um reajuste da remuneração (majorando a GAJ para 70%, por exemplo); depois, as tabelas seriam alteradas para a estrutura do Subsídio, mediante a fixação de novos patamares salariais.

O acordo garantiu que todos os trabalhadores tivessem pelo menos uma parcela de reajuste. Uma fórmula inteligente e que poderia servir de exemplo para que as direções sindicais busquem um consenso.

Subsídio e incentivo à qualificação

Durante alguns dos poucos debates realizados pelas entidades sindicais acerca da possível implantação do modelo proposto pela CPS, um dos pontos recorrentes na abordagem foi o fim do adicional de qualificação. Os representantes da Comissão sempre alertaram que o problema poderia ser solucionado com a revisão mais ampla da carreira dos servidores. Mas com o amadurecimento das discussões já é possível demonstrar, afinal, algum exemplo de como isso poderia se dar: a construção de um sistema de carreira com progressões e promoções verticais (pelo decurso do tempo) e horizontais (com a conclusão de cursos e ações de qualificação).

Entenda como

Hoje temos uma carreira que prevê algo como um “sistema natural de progressão”. Quer dizer: o servidor ingressa no judiciário e ao fim de catorze anos atinge o ápice da tabela salarial. Porém, sem que seja necessário mexer nesta estrutura básica de progressão pelo decurso do tempo, é possível adaptar as formas de crescimento na carreira

e estipular patamares salariais diferenciados aos trabalhadores que concluíam, por exemplo, um curso de mestrado.

O servidor que tiver concluído uma pós-graduação pode fazer jus a um deslocamento horizontal na carreira. É quase o mesmo que passar da Classe A para a Classe B quando você completa cinco anos no quadro. Poderíamos contar como uma outra Classe para servidores qualificados, que você acessaria instantaneamente, assim que concluísse os seus cursos. Bastaria criar níveis diferentes de qualificação.

Um Analista Judiciário, por exemplo, poderia ser enquadrado nos Níveis I, II, III ou IV – graduado, especialista, mestre e doutor, respectivamente, cada um com um patamar diferente de remuneração. O resto da estrutura poderia permanecer igual, com as Classes (Inicial, Intermediária e Final) e Padrões (de 1 a 15).

Além disso, até mesmo as ações de treinamento poderiam ser contempladas. Para isso, seria suficiente criar um subnível diferente dentro de cada referência. Assim, seria

possível ter um analista com mestrado, mas sem ações de treinamento concluídas: este seria enquadrado em um subnível paradigma. Já o analista com mestrado e 300 horas de treinamentos, por exemplo, seria posicionado em um subnível especial, com remuneração mais elevada.

Estes exemplos apenas demonstram que é possível proporcionar uma carreira estruturada a partir do Subsídio que, mesmo assim, garanta a continuidade do incentivo à qualificação. A própria Comissão Pró-Subsídio já concluiu um estudo que viabiliza a sua implantação e deseja disponibilizá-lo oficialmente à administração tão logo a negociação do PCS 4 seja concluída.

Veja, a título de exemplo, o PCCR dos Fiscais Tributários do Estado da Paraíba:

<http://goo.gl/q5Ybb>

“O subsídio não impede o incentivo à qualificação do servidor”

Entrevista: Servidora C15 com quintos e anuênios incorporados defende o subsídio em seu TRE

Foi publicado no dia 09/11/2010, através do site (<http://goo.gl/PhgfG>), uma entrevista com uma das mais respeitadas servidoras do TRE/RN.

Hânya Pereira Rêgo ocupa o cargo de analista judiciário. Atual chefe da Seção de Licitações e Contratos do TRE/RN, foi uma das primeiras servidoras em final de carreira e com verbas pessoais incorporadas que passou a defender a mudança do modelo remuneratório de nossa carreira para o subsí-

dio, tendo participação de destaque no processo de discussão local acerca do tema, culminando com o importante apoio que os servidores do TRE/RN deram em assembléia setorial, deliberando favoravelmente às emendas do subsídio propostas ao PL 6613/2009.

Veja a íntegra clicando aqui:

[Entrevista CPS](#)

<http://goo.gl/PhgfG>



Subsídio desponta como preferência no MPU

2010, ano eleitoral, os servidores de diversos TRE's, como os Regionais do AP, PE, RN e RO, manifestaram-se, oficialmente, favoráveis ao subsídio como modelo remuneratório ao Ministro Ricardo Lewandowski, nas oportunidades em que Sua Excelência, Presidente do TSE, visitou as Cortes Regionais.

Agora parece ser a vez de os servidores do MPU tomarem a dianteira nas manifestações pró-subsídio, eis que desde o fim do ano passado diversas assembleias convocadas pelas seccionais do SINASEMPU (Sindicato Nacional dos Servidores do MPU) vêm também declarando apoio ao subsídio. Aqui cabe uma indagação ao sindicato: por que ainda não foram divulgadas essas decisões das seccionais?

A atual diretoria interina cumpriu seu papel ao mudar o posicionamento institucional do sindicato frente aos servidores do MPU, tendo anunciado uma grande consulta para os próximos dias com o objetivo de aferir a preferência dos servidores acerca da ferramenta de remuneração. A nova gestão do SINASEMPU iniciou bem quando, com vistas a esclarecer os servidores, cedeu espaço em seu jornal, de

forma paritária, tanto aos defensores do subsídio quanto aos do modelo atual, mas não pode parar por aí.

Várias seccionais já consignaram seu apoio ao subsídio, seja através de assembleias, seja através de abaixo-assinados encaminhados ao PGR. Podemos aqui ci-



PRM Passo Fundo—RS

tar como exemplos as Procuradorias dos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Alagoas e a PRM de Londrina.

Especificamente no Mato Grosso, os servidores da respectiva Procuradoria da República tiveram a oportunidade de entregar pessoalmente ao Procurador-Geral da República, na oportunidade de sua visita oficial à PR/MT, um abaixo-assinado com mais de 70% do quadro demonstrando apoio ao subsí-

dio.

Esperamos que o SINASEMPU cumpra seu papel institucional com rapidez e segurança, notadamente pela urgência que o momento atual requer sobre nossas ações, já que paira sobre os PL's 6697 e 6613/09 a ameaça de rebaixamento de suas tabelas de remuneração caso continuemos insistindo no modelo remuneratório atual, em razão da necessidade de redução do impacto orçamentário de ambos os projetos.

Aos servidores do MPU: filiem-se ao SINASEMPU e participem do evento anunciado para a próxima sexta-feira (1/4/2011) no auditório do MPDFT, quando será debatido o modelo remuneratório atual versus subsídio. Procurem a seccional do sindicato em seu estado e cobrem a efetivação da grande consulta aos servidores do MPU.



CPS disponibiliza vídeos gravados durante a Ampliada da FENAJUFE.

Assista e informe-se!

<http://goo.gl/myuyS>

<http://goo.gl/jHeng>

<http://goo.gl/ZAc6e>

**PCS do MPU recebe emenda Pró-Subsídio
Veja a íntegra da emenda em:**

<http://goo.gl/1i3uG>

Carta aberta aos delegados da Reunião Ampliada da FENAJUFE de 19/03/2011

A análise conjuntural do cenário político atual é sempre importante para encontrar os reais motivos que dificultam a aprovação do PCS IV, pois os tempos mudaram. A Administração Pública passou a gerenciar seus gastos de forma a buscar a eficiência e a moralidade, princípios de ordem constitucional. Assim, não dá mais para investir em reivindicações ultrapassadas.

Se antes a possibilidade de reajuste na remuneração dos servidores tinha de ser maquiada sob a forma de várias rubricas que nem sempre todos tinham acesso, numa atitude irresponsável com o futuro, hoje não faltam exemplos de políticas remuneratórias transparentes e que valorizam TODOS os detentores de cargos públicos. Aliás, não se encontram informações sobre reajustes concedidos recentemente com ganhos reais na forma originalmente pleiteada nesse PCS.

Não só membros de Poder, mas servidores do Executivo, sempre citados como modelos a serem alcançados, são atualmente remunerados sob a forma de subsídio. A exemplo dos servidores de nível médio e superior do BACEN. Por isso, alguns questionamentos para reflexão conjunta tornam-se impera-

tivos para esta reunião.

Por que citar carreiras como BACEN, Receita Federal e Polícia Federal - que passaram por reestruturações para se adequar ao subsídio com gradual absorção das incorporações percebidas pelos mais antigos - se não se está disposto a implantar essa realidade no Poder Judiciário?

Por que mencionar nas justificativas do PCS IV as carreiras do Legislativo da União (TCU e Senado), se essas também implantaram mecanismo remuneratório de absorção daquelas mesmas incorporações pela instituição da Gratificação por Desempenho, QUANDO PROPOSTA SEMELHANTE, oferecida pelo então presidente do STF em 2009, FOI RECHAÇADA SUMARIAMENTE pelos sindicatos sob o argumento de que institucionalizaria o assédio moral?

Por que alardear que se pretende a valorização da carreira como um todo e diminuição da evasão para aquelas carreiras, se o atual modelo remuneratório não beneficia a base dos servidores e aumenta ainda mais o fosso salarial existente entre servidores com incorporações e sem incorporações?

Por que fingir que não existe

proposta alternativa de implantação do subsídio para o PJU, se foram apresentadas emendas parlamentares por deputados tanto da base governista quanto da oposição nesse sentido, inclusive com sinalizações positivas por parte do Ministério do Planejamento em evidente aceno com acordo, E NÃO INFORMAR E CONSULTAR A CATEGORIA?

Por que esvaziar uma greve em seu momento mais decisivo, sob a falsa propaganda de acordo institucional? Foi para facilitar a eleição de um dos coordenadores da FENAJUFE? E agora o que dizer para os servidores que tiveram seu ponto cortado e se sacrificaram por um movimento que até então era em prol, exclusivamente, de interesses da categoria? Com que responsabilidade ou coerência poderão convocar uma nova greve sem mudar de postura?

Justifica-se sacrificar toda uma categoria e utilizar-se da máquina sindical para fins eleitoreiros?

São incongruências que somente os Sindicatos podem esclarecer, mas que precisam ser cobradas nesta reunião ampliada por todos os senhores delegados.

EXPEDIENTE

Informativo da

Comissão Pró-Subsídio

4ª Edição

Circulação Nacional

Tiragem 1.000 exemplares

Contato:

comunicacao@subsidiujo.com.br

